

REGIONALISMO CENTRÍFUGO: A CONSTRUÇÃO DE UM “NORDESTE PERNAMBUCANO” NA DÉCADA DE 1920

CENTRIFUGAL REGIONALISM: THE CREATION OF A “NORDESTE PERNAMBUCANO” IN THE 1920S

Idelmar Gomes Cavalcante Júnior*

Resumo: Muito já foi dito sobre a invenção do Nordeste como uma construção imagético-discursiva. Tomando tal interpretação, já consagrada, como premissa fundamental, este trabalho tem como objetivo mostrar de que forma a elaboração da região Nordeste pelos intelectuais regionalistas pernambucanos na década de 1920, procurou frequentemente qualificar Pernambuco como o centro da região nordestina. Assim, o estado foi sendo constituído como um centro irradiador responsável não apenas pelo despertar de uma consciência regionalista, mas também por defender e consolidar a causa regionalista. Desta forma, se regionalismo nordestino, de forma mais explícita, questionava o federalismo brasileiro da época, considerado centrífugo por prestigiar apenas dois ou três estados, os intelectuais de Pernambuco que participaram desta luta pareciam propor, sub-repticiamente, um regionalismo igualmente centrífugo. E para que esse objetivo pudesse ser alcançado, do ponto de vista metodológico, examinamos esse “Nordeste pernambucano” como um discurso e o analisamos na perspectiva da *Arqueologia do Saber*, de Michel Foucault, certos da necessidade de identificarmos a formação discursiva por meio da qual os intelectuais regionalistas pernambucanos maneжaram o conceito de Nordeste, na década de 1920. Quanto às fontes documentais, analisamos textos extraídos do jornal *Diário de Pernambuco*, do *Livro do Nordeste*, do *Manifesto Regionalista*, da *Revista do Norte* e da *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. Neste caso, o nosso foco não foi um catálogo exaustivo de textos que tratam do Nordeste, mas um conjunto de regularidades discursivas.

Palavras-chave: Regionalismo; Nordeste; Pernambuco; Invenção.

Abstract: A lot of things have been said about the invention of the Northeast of Brazil as an image-discursive creation. Taking such established interpretation as a fundamental premise, this paper intends to show in which way the elaboration of the northeastern region of Brazil by regionalist intellectuals from Pernambuco in the 1920s sought often to qualify their State as the Center of the region. Thus, this State has been constituted as a radiating Center responsible for not only the awakening of a regionalist consciousness, but also to defend and consolidate the regionalist cause. Therefore, if the northeastern regionalism questioned the contemporary Brazilian Federalism, in a more explicit way, considering it centrifugal for benefiting only two or three States, the intellectuals from Pernambuco who participated in this fight seemed to propose, surreptitiously, an equally centrifugal regionalism. Consequently, in order to achieve this goal, from the methodological point of view, we examined this "Northeast Pernambuco" as a discourse and analyzed it from the perspective of Michel Foucault's Archeology of Knowledge, certain of the need to identify the discursive formation through which the regionalist intellectuals from Pernambuco managed the concept of the Northeast in the 1920s. As for the documentary sources, we analyzed texts extracted from the newspaper *Diário de Pernambuco*, the *Livro do Nordeste*, the *Manifesto Regionalista*, the *Revista do Norte* e the *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*. In this case, our focus was not an exhaustive catalogue of texts dealing with the northeast, but a set of discursive regularities.

Keywords: Regionalism; Northeast; Pernambuco; Invention.

* Professor Adjunto I do curso de Lic. Plena em História da Universidade Estadual do Piauí. Titulação: Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará.

O rio Beberibe se une ao rio Capibaribe para formar o Oceano Atlântico.

Provérbio popular recifense

O movimento regionalista não pode ser limitado a nenhum lugar. “A consciência regional nordestina, ou paulista, não surge com um indivíduo ou com um grupo específico, ela emerge em pontos múltiplos, que vão aos poucos se encaixando, sendo unificadas pelas necessidades colocadas pelo tempo” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p 50). No entanto, não se pode ignorar o fato de ter sido em Pernambuco, nos anos de 1920, onde ocorreu o esforço mais significativo para se sistematizar, centralizar e, porque não dizer, para dar ao regionalismo nordestino um caráter de movimento. Para isso, os pernambucanos criaram um Centro Regionalista, organizaram um congresso e ainda produziram uma grande quantidade de documentos para tratar do assunto.

Neroaldo Azevêdo, num estudo que contempla apenas a realidade pernambucana e que antecede a tese que resultou na obra *A Invenção do Nordeste*, de Durval Muniz (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001), em cerca de uma década, nos oferece uma boa ideia do porquê das afinidades dos pernambucanos com o tema, além de afirmar o caráter tradicionalista e político do movimento regionalista, como também fez Durval Muniz no trabalho acima citado:

A defesa dos valores tradicionais do Nordeste terá, na década de 20, um tratamento privilegiado. Tradicionalismo e regionalismo são conceitos que se interpenetrarão, confundindo-se até, em alguns casos.

Mas essa consciência de conservação dos valores tradicionais não é nova. Até se entende que uma região que conhecera no passado momentos de fausto, devidos em grande parte à cultura do açúcar, tenda a ver seu passado com olhos de saudosismo, ao se encontrar em fase de estagnação ou mesmo de recesso econômico. De modo particular, os segmentos da sociedade que foram no passado os grandes beneficiários da economia do açúcar gostariam de ver reproduzida aquela situação anterior. Filhos e netos de senhores de engenho, que constituem a grande maioria dos que têm condições de fazer ouvir a sua voz, empenham-se em cantar loas ao passado da região, defendendo-o a todo custo, e preconizando a conservação dos valores emanados daquela realidade, o que lhes seria, evidentemente, de alta conveniência (AZEVEDO, 1984, p. 99-100).

Para Gadiel Perruci, na década de 1920, o Nordeste vivia o impacto de uma dinâmica que já se desenvolvia desde o século XIX, quando a divisão internacional do trabalho, promovida pelo Capitalismo, operou no Brasil uma divisão regional por meio da qual o Nordeste desempenharia “um papel de complementaridade frente à acumulação do Sudeste, promovida especialmente pelo café e pela industrialização” (PERRUCCI, 1984, p.17). Ou seja, mais uma

vez o Nordeste viveria a impossibilidade de se beneficiar com um efetivo *processo de acumulação ampliada* de capital, já que durante a Colônia a região apenas complementava a *acumulação primitiva* europeia e durante o surgimento do Brasil-Nação passou a complementar a economia do Sudeste (PERRUCCI, 1984, p.17).

Assim, na virada do século XIX para o XX, a acumulação capitalista se nucleariza em benefício da região Sudeste, que passa a concentrar capital. Essa condição história criou uma diversidade regional que aparentemente engendrou um Nordeste “atrasado” em contraposição a um Sudeste “moderno”. Gadiel Perruci não concorda com estas definições pois elas podem conduzir a uma falsa ideia de que as duas regiões estariam livres para buscar seus próprios caminhos.

O autor defende que, neste caso, aquilo que se entende como “atrasado” existiria em função do “moderno” e vice-versa” e por esta razão prefere usar os termos “núcleo” e “periferia”. E assim compreendidos, o núcleo e a periferia seriam “partes do mesmo processo global de crescimento capitalista e estão nele dialeticamente imbricados participando, pois, da mesma natureza conceitual. A diferença, repetimos, está no desempenho de funções dentro do processo de acumulação [...]” (PERRUCCI, 1984, p.15). Esta relação entre “núcleo” e “periferia” vai despertar uma forte animosidade nas classes dominantes nordestinas e em especial entre as suas oligarquias rurais. E particularmente em Pernambuco, intelectuais como Gilberto Freyre se tornariam importantes representantes deste descontentamento.

O chamado “novo regionalismo”¹ se manifestou em Pernambuco logo no início da década de 1920 e com ele, a tendência de se fixar um centro para um Nordeste ainda mal definido e nomeado. Esse centro seria Pernambuco. Mas essa vontade de situar o estado numa posição central não era uma experiência nova para a intelectualidade pernambucana. Desde a segunda metade do século XIX, toda uma prática intelectual já se posicionava favoravelmente a essa demanda, como comprova as ações empreendidas pelo Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano, criado em 1862. A instituição já nascia com duas funções básicas: recuperar a história da pátria e mostrar a relevância da história de Pernambuco para o Brasil (SCHWARCZ, 1993, p.154), como sugere este fragmento extraído da edição de 1904 da revista do instituto: “O belo exemplo de Pernambuco é digno de ser conhecido e digno de ser imitado por todo aquele em que palpita o amor da história, alicerce do sentimento patriótico e condição do espírito de nacionalidade” (REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO *apud* SCHWARCZ, 1993, p.153). Para Lilia Schwarcz, “o IAGP respondia, no fundo, às aspirações políticas e culturais da província pernambucana, que

pretendia manter sua hegemonia ao menos no interior da região nordestina” (SCHWARCZ, 1993, p.154).

As convicções que marcaram a criação do IAGP, no limite, levariam a uma prescrição segundo a qual haveria uma pretensa confluência entre os interesses do Nordeste ou do Brasil, como um todo, e os de Pernambuco, como se pode perceber nos estatutos da Revista do Instituto: “se publicariam: atas, trabalhos de história, memórias de seus membros julgadas interessantes à história de Pernambuco e do Brasil” (REVISTA DO INSTITUTO ARQUEOLÓGICO E GEOGRÁFICO PERNAMBUCANO *apud* SCHWARCZ, 1993, p.157). Essa prescrição constituiria uma regularidade discursiva que marcaria fundamentalmente a trajetória dos regionalistas pernambucanos nos anos vinte.

Por exemplo, a Revista do Norte, em seu primeiro número, publicado em 1923, em artigo não assinado, justifica a sua existência a partir da necessidade de se ressaltar a história, as artes, os costumes e tradições brasileiras, deixando claro, ao mesmo tempo, que o fará tomando a realidade de Pernambuco como foco das reflexões:

Timbrando, portanto, o periodismo em mostrar o que de mais belo, original e grandioso nossa Pátria apresenta, descrevendo, de forma atraente e a todos acessível, episódios interessantes de nossa história, retratando nossos usos e costumes, inspirando-se no cenário magnífico de nossa natureza e de nosso meio, enfim, realizará uma obra de divulgação altamente educativa e proveitosa.

Como seria conveniente que revistas com tal programa fossem se multiplicando pelo Brasil a fora!

Pernambuco, onde tão depressa se irradiou o progresso, onde as causas mais nobres encontraram sempre programadores e mártires destemidos, escreveu páginas imorredoiras na história do nosso caminhar, dignas de serem conhecidas e admiradas em todos os recantos do país.

Rápida em seu prosperar, povoada por “gente boa e gente limpa”, grande populosa e rica, a capitania de Duarte Coelho logo se tornou notável centro de atividade e progresso.

Dela partiram conquistadores de paragens bravias e nela se organizaram expedições que iam a oferecer o generoso sangue pernambucano em prol da causa comum.

Reviver as páginas sugestivas do nosso passado, estudando homens e fatos de nossa história, eis um dos pontos principais do programa da Revista do Norte (In: AZEVÊDO, 1984, p.201).

Vê-se também que o Nordeste é citado de um ponto de vista eminentemente pernambucano: “[...] em retratar a vida dos demais Estados, sobretudo dos deste Nordeste, sempre tão próximos de nós em momentos de paz como por ocasião de lutas reivindicadoras, a Revista do Norte será sempre solícita”. Ou seja, o que torna os outros estados importantes para a revista, um “órgão importante da pregação regionalista e tradicionalista na década de 20 em Pernambuco” (AZEVEDO, 1984, p. 105), não é necessariamente o pertencimento à região Nordeste, mas o fato de gravitarem em torno de Pernambuco.

Mas será a criação do Centro Regionalista do Nordeste que irá consolidar a temática regional naquele estado, dando início, oficialmente, ao movimento Regionalista e Tradicionalista do Recife (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.86) e reforçando cada vez mais a ideia de que o estado estaria na vanguarda deste novo regionalismo. A respeito da reunião de fundação do grupo ocorrida no dia 28 de abril de 1924, uma nota publicada na edição do Diário de Pernambuco do dia 30 afirma: “propõe-se o Centro a exercer viva ação intelectual e social, uma vez congregados em seu seio os elementos mais representativos da cultura do Nordeste. Anima-o largo patriotismo nordestino, que se exprime na defesa das nossas cousas e das nossas tradições [...]”(DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1924, 30 abr., p.1). Tal esforço estaria voltado, ainda segundo a nota, para o “desenvolvimento dos interesses do Nordeste, região cujas raízes naturais e históricas se entrelaçam e cujos destinos se confundem num só”.

No entanto, a lista dos presentes nessa reunião suscita questionamentos sobre o que o autor da nota quis dizer com “elementos mais representativos da cultura do Nordeste”, pois dos seis nomes ali citados todos tinham um forte vínculo com o estado de Pernambuco. Mesmo o único não-pernambucano, o paraibano Odilon Nestor passou parte significativa de sua vida em Pernambuco onde se tornou bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife e onde teve uma atuação importante trabalhando no Jornal do Commercio. Os demais intelectuais presentes eram todos pernambucanos: Amauri de Medeiros, Alfredo Freyre, Moraes Coutinho, Antonio Inácio e Gilberto Freyre.

A situação parece preocupar os fundadores do Centro, de modo que a nota publicada no Diário de Pernambuco do dia 07 de maio, que faz referências à segunda reunião do grupo, ocorrida no dia 05, informa que numa reunião seguinte seriam “discutidos os meios de entrar o grupo organizador em imediato acordo com os elementos representativos do Nordeste, para a definitiva organização do Centro sobre uma base alta e largamente representativa” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1924, 7 mai., p.1).

Além disso, esta segunda nota também apresenta o programa de ação do Centro. Elaborado por Moraes Coutinho, o documento, já em seu primeiro tópico, estabelece que a sede ficaria localizada no Recife antes de esclarecer que caberia ao Centro “desenvolver o sentimento da unidade” do Nordeste, inspirado por um “espírito de comunhão regional” e livre das “injunções das correntes partidárias”. No quarto tópico, sobre aquele que certamente é o principal aspecto político por trás do regionalismo defendido em Pernambuco, o texto afirma: “Perante o governo da União, o Centro defenderá os interesses do Nordeste na sua solidariedade, sem sacrificar as questões fundamentais da região às vantagens particulares de cada Estado” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1924, 7 mai., p.1).

O regionalismo pernambucano, portanto, assume para tentar solucionar o isolamento político e econômico das unidades federativas, num momento de intensa centralização dos poderes da União, a defesa da organização política das regiões e não de estados separados. A proposta fica evidente no programa do centro que, para além do quarto tópico já citado, também proclama um “Centro constituído e organizado dentro do espírito de comunhão regional, aproveitando os bons elementos da inteligência nordestina, com exclusão de qualquer particularismo provinciano, quer quanto às cousas quer quanto às pessoas” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1924, 7 mai., p.1).

E sobre a região que o Centro deseja representar, a segunda nota também traz um dado fundamental para a compreensão dos limites geográficos constitutivos do Nordeste pensado pela intelectualidade pernambucana. Informa o texto que, ao ler o seu ensaio *Pernambuco e o problema sanitário*, o médico sanitarista Amauri de Medeiros trata da questão da saúde “sob um critério rasgadamente nordestino. Não há um problema sanitário pernambucano, alagoano ou paraibano, ou norte-riograndense ou cearense: a ação contra os males epidêmicos, que não conhecem distinções convencionais, deve ser firme e solidamente em conjunto” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1924, 7 mai., p.1). A citação se refere a cinco estados e isolada pode não dizer muito, mas chama atenção porque revela uma definição espacial que regularmente será mencionada em outros textos relacionados ao regionalismo, como no artigo *Pernambuco e o regionalismo nordestino*, de Moraes Coutinho.

Esse texto é uma defesa explícita do regionalismo, que segundo o autor seria responsável no futuro por uma unificação verdadeira do Brasil. Em termos políticos, era contra o federalismo brasileiro que o discurso regionalista em Pernambuco se voltava, um federalismo que sem bases sólidas “acabaria encontrando seu fim”. Para o autor, o federalismo brasileiro seria artificial, sem conexão com a realidade, o que permitia, antes de mais nada, o isolamento dos estados em benefício da “hegemonia transitória de uma ou de outra política local”. E em referência aos efeitos da “política do Café-com-Leite” da República Velha, ele diz estar sacrificado o próprio sentido da nacionalidade neste tipo de sistema. Defende, então, um “federalismo regionalista” ou “federalismo centrípeto”, ao invés do “federalismo centrífugo” até então existente, que beneficiaria apenas São Paulo e Minas gerais, que se colocavam como o centro da República. “A verdadeira unidade nacional será a dos interesses, sentimentos e ideias entre regiões brasileiras autônomas e convergentes. Essa unidade sairá do regionalismo” (In: AZEVÊDO, 1984, p.210).

Em seguida, Moraes Coutinho, para quem a diferenciação regionalista do Brasil era um processo espontâneo de “evolução antropogeográfica”, afirma que este movimento, mesmo que

de forma quase inconsciente e, portanto, sem um sentido político, social ou estético, já estava dissolvendo os “traçados administrativos dos Estados federados” em nome de “organismos políticos mais evoluídos”.

Levando em consideração que o autor publicou o seu texto na revista mensal “Ilustração Brasileira”, do Rio de Janeiro, a capital da República, podemos concluir que a preocupação do autor era de fato suscitar um debate político com abrangência nacional, e neste sentido o regionalismo torna-se uma estratégia de luta contra a centralização de poder nas mãos de uns poucos estados, que não tinham nenhum interesse em satisfazer as necessidades das outras unidades federativas. Percebe-se, assim, que a intenção é a de sensibilizar os demais estados da federação para a importância de uma organização regional que soubesse conduzir os interesses, sentimentos e ideias de cada região de forma autônoma para o benefício de um “justo” federalismo.

E para tanto, Moares Coutinho destaca o Nordeste como “o núcleo de mais intensa diferenciação natural, onde, ainda vago, cada dia melhor se vai definindo um verdadeiro pensamento regionalista” (In: AZEVÊDO, 1984, p.210). E a organização espacial que o ensaio *Pernambuco e o problema sanitário*, de Amauri de Medeiros, sugere, volta a ser enunciada e desta vez de forma mais explícita, pois Moraes Coutinho cita, como representantes do Nordeste, Pernambuco, Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará; os estados que, segundo ele, seriam a vanguarda do movimento de diferenciação regional em curso no país.

São claras as razões dessa prioridade do Nordeste. Sobre a unidade fundamental do elemento geográfico, talhado em características de relevante expressão, a solidariedade nos grandes acontecimentos históricos como nas menores vicissitudes da evolução social, a operar dentro de uma constituição étnica uniforme, veio, desde cedo, preparando o homem nordestino para uma vida acentuadamente regionalista. O cenário e a história impuseram as primeiras tonalidades à vida local; a população, no seu crescimento vegetativo, sem perturbadoras influências do exterior, longe de perder aqueles reflexos do meio, soube fixá-los na própria estrutura de sua cristalização (In: AZEVÊDO, 1984, p.210-211).

Na época, não existia a definição de Nordeste que hoje existe, com os seus nove estados. Vivia-se um momento de transição entre o desaparecimento da antiga região Norte e a criação do “Nordeste”. Maranhão e Piauí só vieram a compor a região a partir do início dos anos quarenta e Sergipe e Bahia, a partir do final dos sessenta (Cf. VIDAL, 2016). Então, o que chama a atenção é que os regionalistas fazem uma opção por uma determinada geopolítica nordestina, ainda que tenham incertezas sobre as definições geográficas da região:

Se do ponto de vista puramente geográfico deverá estender-se mais longe o contorno do vasto Nordeste brasileiro, o processo regionalista, na sua síntese do meio físico, do elemento étnico e da vida econômica e social, parece localizado nos cinco estados mais orientais.

É, aliás, aí que a imensa região nordestina adquire sua maior unidade expressiva. Modelada em quatro tipos fundamentais de paisagem geológica: a praia, a baixada verde, o sertão e a serra, que se sucede do mar para o interior como irregulares faixas concêntricas, a vária, a inconfundível fisionomia do nordeste revela-se toda aí (In: AZEVÊDO, 1984, p.211).

Depois o autor reconhece que apesar das fortes evidências geográficas, étnicas, econômicas, espirituais, políticas, sociais e estéticas que demonstram já ser o Nordeste um bloco indissolúvel, falta-lhe a consciência disso, “ou melhor, falta-lhe uma orientação voluntária, um programa de vida inspirado na realidade física e moral do torrão. E é esta precisamente a bela tarefa dos filhos do Nordeste, dos seus homens de ação e de pensamento” (In: AZEVÊDO, 1984, p.212). Ou seja, “o Nordeste não é recortado só como unidade econômica, política ou geográfica, mas, primordialmente, como um campo de estudos e produção cultural, baseado numa pseudo-unidade cultural, geográfica e étnica” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p. 23).

Caberia aos “filhos do Nordeste” definir sua região a partir da repetição regular de enunciados particulares que definiriam o caráter do Nordeste. “Definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.24).

Mas o que discursos como os de Moraes Coutinho não conseguiam esconder é que a proposta de se criar um federalismo regionalista carecia de um programa que explicasse como isso funcionaria. “Aprendamos, pois, a viver acima das fronteiras estaduais”, conclui Moraes Coutinho em seu texto. Mas de que forma isso poderia ser operacionalizado? Como conjugar os interesses de estados diferentes dentro de uma região? E como seria a relação entre as diferentes regiões na federação regionalista? Neroaldo Azevêdo, ao analisar o programa do Centro, chama atenção para o fato de “que em nenhum momento se fala da integração das diversas regiões entre si, deixando-se entrever uma posição de defesa na conservação dos valores nordestinos” (AZEVEDO, 1984, p. 144).

Assim, pode-se afirmar que a elaboração da região Nordeste pelos regionalistas pernambucanos ocorre “no plano cultural, mais do que no político. Para isso contribuirão decisivamente as obras sociológicas e artísticas de filhos dessa ‘elite regional’ desterritorializada, no esforço de criar novos territórios existenciais e sociais, capazes de resgatar o passado [...]” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.35). Daí a importância de nomes como Gilberto Freyre, da sociologia e de Ariano Suassuna e Hermilo Borba Filho, do teatro. Mas isso não quer dizer que o regionalismo não resultasse em uma orientação política também.

Em 1920, por exemplo, foi criado no Congresso Nacional, o “Bloco do Norte”, que reunia as bancadas nortistas com o objetivo de unificarem as reivindicações de seus estados².

Neste sentido, o que se pode apreender das ações e dos discursos articulados ao movimento regionalista pernambucano é que está em questão o fortalecimento da região Nordeste, o que sugere sub-repticiamente uma tentativa de deslocamento no centro do poder nacional. Era preciso descentralizar o poder constituído na capital Rio de Janeiro e nos estados de São Paulo e Minas Gerais, em benefício de um novo centro, a se constituir com o processo de regionalização do Nordeste. Isso fica claro na medida em que, dificilmente, os regionalistas falam como o novo pacto federativo constituído a partir de uma organização regional funcionaria. É sempre do Nordeste que falam e de sua importância para a defesa da nacionalidade brasileira. Moraes Coutinho, por exemplo, defendia que estando a unidade brasileira em perigo por conta de um processo civilizatório que estaria deformando o Brasil, caberia ao Nordeste ser “um órgão salutar de reação” a este tipo de civilização, afinal foi esta região que “soube com o lirismo de sua poesia, o liberalismo de sua vida social e o seu ardente idealismo político, criar alguns dos mais belos atributos da brasilidade” (In: AZEVÊDO, 1984, p.212).

E mesmo a proeminência desta região dentro do contexto nacional também seria algo pouco concreto, na medida em que é quase sempre o estado de Pernambuco o foco do olhar regionalista pernambucano. Pernambuco se constitui, em seus discursos, como um centro irradiador responsável por despertar a consciência regionalista na região e, neste sentido, caberia àquele estado a missão de defender e consolidar a causa regionalista. E as razões seriam encontradas na sua própria história, afinal, Pernambuco, pela sua posição de vanguarda cultural, econômica e política desde os tempos coloniais e imperiais, teria sido decisivo para uma unidade de pensamento nordestino.

Pernambuco não pode destituir-se de sua grande missão de estimular e orientar. Cabe-lhe o dever de conservar erguida a bandeira regionalista. Ao lado de seu exaltado patriotismo nacional, tão nobremente afirmado, mesmo no momento dos grandes sacrifícios e dos supremos abandonos, como em 1817 e 1824, Pernambuco deve dar o exemplo de um esclarecido patriotismo regional.

Durante os quatro séculos de existência brasileira, tem sido Recife, por assim dizer, a capital moral do Nordeste, seu grande centro econômico, seu foco de cultura e vida política. Ainda hoje, à heróica capital pernambucana vêm convergir as mais belas energias da região, num esforço comum de trabalho e civilização, em que em vão se procuraria a procedência dos elementos diversos (In: AZEVÊDO, 1984, p.212-213).

Gilberto Freyre, por sua vez, no artigo *Do bom e do mau regionalismo*, publicado na Revista do Norte, em 1924, demonstrando preocupação com o que ele chama de “tirania do

exótico”, ou seja, o hábito de se interessar por elementos culturais alheios a uma região com o consequente desinteresse pela cultura e tradições desta última; celebra a reação regionalista que estaria se levantando em Pernambuco. E logo em seguida defende que Recife não deveria imitar o Rio de Janeiro, onde o *haussmannismo* reduziu a cidade a um “amontoado inexpressivo de construções”. Imitar aquela cidade, conclui Freyre, “será para o Recife o sacrificio da personalidade própria e um modelo que já em si é incolor, indistinto, inexpressivo” (In: AZEVÊDO, 1984, p.219).

Novamente, o foco do regionalismo pernambucano é Pernambuco. No texto se destaca o seu pioneirismo na luta pela consciência regionalista e sua capital Recife, para logo em seguida o tema da unidade brasileira vir à tona acompanhado pelos mesmos argumentos que animavam a retórica de Moraes Coutinho: “Cuido que as diferenciações regionais, harmonizadas, serão no Brasil a condição para uma pátria interdependente na suficiência econômica e moral do seu todo” (In: AZEVÊDO, 1984, p.219).

E a ideia não era nova. Freyre cita Sílvio Romero quando este argumenta que o progresso do Brasil no futuro será resultado do desenvolvimento autônomo de suas províncias e que por essa razão “os bons impulsos originais que nelas aparecem devem ser secundados, aplaudidos... Não sonhemos com um Brasil uniforme, monótono, pesado, indistinto, nulificado, entregue à ditadura de um centro regulador de ideias [...]” (In: AZEVÊDO, 1984, p.219). Portanto, o que os regionalistas faziam neste caso, era atualizar uma ideia que já tinha uma história em Pernambuco, por meio da proposta de integração do novo regionalismo.

E por fim, pode ser encontrado no texto outra evidência daquilo que seria o papel de Pernambuco no novo federalismo defendido pelos regionalistas. Ao se referir às contribuições que a cultura brasileira poderia receber da região, Freyre parece confundir os destinos de Pernambuco com os do próprio Nordeste: “Pernambuco ou, antes, o Nordeste, deve trazer à cultura brasileira uma nota distinta, um impulso original, uma criação sua”. Circunstância comum em Pernambuco, pois, como já foi dito, não são poucos os enunciados encontrados em vários tipos de discursos produzidos por sujeitos bem diferentes, que parecem confundir aquilo que diz respeito à Pernambuco com aquilo que diz respeito ao Nordeste.

Desta forma, também poderíamos citar o *Livro do Nordeste*, obra de 1925, publicada nas comemorações para os cem anos do jornal Diário de Pernambuco. Na sua introdução, Freyre deixa ainda mais evidente a projeção que os regionalistas pernambucanos fazem dos valores de Pernambuco sobre o Nordeste. Embora o autor informe que o livro fixa ou comenta “aspectos e tendências da vida brasileira em geral e da nordestina em particular” e que ele seja um “pequeno inquérito às tendências da vida nordestina – a vida de cinco ou seis estados cujos

destinos se confundem num só e cujas raízes se entrelaçam”, é apenas do passado pernambucano que ele fala. “Para Freyre, o Nordeste voltaria a ser uma região criadora, desde que recuperasse suas tradições e praticasse o verdadeiro regionalismo, não o estadualismo. É clara a intenção do autor em unificar o discurso regional em torno de Pernambuco” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.89).

Do Nordeste há decerto a fixar, no interesse comum de toda a tradição brasileira a memória de um glorioso conjunto de afirmações de brio e de energia construtora. Pode-se dizer que aqui se escreveu a sangue o sobrescrito ou o endereço da nacionalidade brasileira. Avivou-se aqui o espírito hispânico, o sentimento católico, no embate áspero com os holandeses; aqui padres ideólogos e senhores de engenho conspiraram pela liberdade do Brasil numa revolução cheia de beleza moral; daqui nasceu a literatura brasileira no verbo quinhentista de Bento Teixeira Pinto e do fidalgo Jorge de Albuquerque; daqui desabrocharam pelo Brasil ciências e artes da renascença, sob a proteção liberalmente principesca de Maurício de Nassau; daqui Dom Frei Vital Maria Gonçalves de Oliveira, Bispo de Olinda, levantou a voz, a grande voz ortodoxa, na defesa da Igreja de Jesus Cristo e contra as usurpações do liberalismo tirânico; aqui nasceu e desenvolveu-se o gosto especulativo aguçado talvez pela natureza severa e acre do “agreste”, o homem que no Brasil mais dignidade deu ao esforço de pensar – Farias Brito, daqui partiram, na voz sedutora de Joaquim Nabuco, os mais belos clamores contra a escravidão. E é no Nordeste, tão intimamente ligado aos começos da nacionalidade, que se refugia agora, como uma vez notou Oliveira Lima, “a alma do Brasil, manchada e irritada do crescente desapego a que assiste em outras partes do país, meio açambarcada pelos estrangeiros, aquilo que representa o tesouro das nossas reminiscências de pátria, em seu aglomerado de trabalhos e de glórias” (LIVRO DO NORDESTE, 1925).

Oito meses antes, em nota jornalística referente a mais uma reunião do Centro Regionalista, uma evidência denuncia o descontentamento de alguns regionalistas, que pareciam considerar a atuação do Centro limitada em sua prática e em sua perspectiva. A partir dela, pode-se inclusive relativizar a importância de Gilberto Freyre enquanto liderança dentro do Centro, já que partiu dele a proposta de sua dissolução, justificada pelo que seria inércia. “Baseava-se a proposta em parecer o Centro, pela sua natureza e fins, exagerada antecipação ao estado mental e social do Recife, cujas necessidades são supridas pelas associações há anos existentes” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1925, 5 mar., p.1). O que se pode perceber na nota é que há uma compreensão segundo a qual existiria um Centro Regionalista, que deveria estar voltado para as questões de todo o Nordeste, mas que na prática estaria se voltando para uma cidade, a capital pernambucana, que por sinal parecia prescindir de tal apoio ideológico.

A mesma nota informa ainda que houve reações à proposta de Freyre. Moraes Coutinho, por exemplo, teria combatido-a vigorosamente e concluído a sua argumentação propondo a organização de um congresso coerente com o programa do Centro: aquele que seria o I Congresso Regionalista. Sete dias depois, no dia 12 de março de 1925, o Diário de Pernambuco informa uma nova reunião. Nesta “o dr. Moraes Coutinho lembrou a importância do próximo Congresso Regionalista que será provavelmente em setembro deste ano, e cujo fim é a maior

unificação intelectual, econômica, etc., do Nordeste brasileiro” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1925, 12 mar., p.1). Na ocasião, Gilberto Freyre estava preparando um inventário de receitas de bolos e quitutes do Nordeste, trabalho para o qual pedia a colaboração dos colegas de Centro. O sr. Julio Belo disse que poderia contribuir com relação à doceria dos engenhos do sul de Pernambuco e Odilon Nestor falaria das receitas do sertão da Paraíba. Nas reuniões, parecia continuar o problema da pequena representatividade do Centro com relação aos assuntos do Nordeste, apesar da contínua defesa por um Nordeste unido, acima dos interesses estaduais como estava proposto no programa do Centro.

Além disso, outra circunstância que merece uma reflexão é a simpatia que Gilberto Freyre dedica a uma revista produzida por um grupo de jovens de Belo Horizonte, intitulada *A Revista*. De imediato, Freyre reconhece que trata-se de um empreendimento regionalista e chega até a identificar o seu programa de ideias e de ação com o Centro Regionalista do Nordeste. Até aí, nada de estranho se pensarmos que a proposta dos regionalistas pernambucanos era difundir pelo país uma consciência regionalista. O problema é que *A Revista* defendia “uma Minas mineira, que se desenvolva dentro do espírito do seu passado, contribuindo com a sua forte originalidade local para a riqueza do conjunto brasileiro; para a harmonia do todo brasileiro” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1925, 11 out.), ou seja, a ideia de que as regiões devem estar acima dos interesses dos estados, que tanto animava os regionalistas pernambucanos parece ignorada no texto de Freyre, que faz uma única ressalva à proposta do grupo mineiro e esta diz respeito ao caráter político que ele deposita em sua revista. A proposta de intervenção na vida política seria, para Freyre, o que afastaria os mineiros do Centro Regionalista do Nordeste.

O que a identificação que Freyre estabelece entre *A Revista* e o Centro Regionalista do Nordeste parece deixar escapar é uma contradição fundamental no discurso e na prática dos regionalistas pernambucanos: a de falarem em nome de uma região quando na verdade emitem saberes sobre um estado. A defesa de uma mineiridade, neste sentido, encontraria entre os regionalistas pernambucanos boa acolhida, em grande medida, porque é da pernambucanidade que eles estariam falando o tempo todo.

Assim, com base no conceito de *Orientalismo*, usado por Edward Said para tratar da invenção do Oriente pelo Ocidente, poderíamos compreender o regionalismo pernambucano como um modo de abordar o Nordeste, que tem como fundamento o lugar especial do Nordeste na experiência dos pernambucanos³. Seria, portanto, uma “*distribuição* de consciência geopolítica em textos estéticos, eruditos, econômicos, sociológicos, históricos e filológicos”⁴ que contribuiu com a invenção da região Nordeste e de suas tradições. Com isso, o regionalismo pernambucano foi importante para a invenção de uma cultura, segundo a concepção de *invenção*

da cultura de Roy Wagner, para a qual, ao estudar uma cultura, um antropólogo não está apenas descrevendo o seu funcionamento, ele está inventando-a, uma “invenção como um processo que ocorre de forma objetiva, por meio de observação e aprendizado, e não como uma espécie de livre fantasia” (WAGNER, 2012, p.43).

Um antropólogo *experencia*, de um modo ou de outro, seu objeto de estudo; ele o faz através do universo de seus próprios significados, e então se vale dessa experiência carregada de significados para comunicar uma compreensão aos membros de sua própria cultura. Ele só consegue comunicar essa compreensão se seu relato fizer sentido nos termos de sua cultura (WAGNER, 2012, p.41).

E tal como o orientalismo, o regionalismo também foi veiculado com motivações culturais e políticas. Para compensar a perda de uma condição econômica e política favorável, resultado da crise da economia açucareira e do deslocamento do centro de poder, de Salvador para o Rio de Janeiro, a ênfase na organização de regiões acabou sendo uma forma de recolocar Pernambuco numa posição de centralidade, já que na região Nordeste poderia, alegando razões históricas, econômicas e culturais se colocar numa posição privilegiada, reivindicando para si o status de centro de uma região rica culturalmente, afinal, “não são mais os fatores naturais que definem, que dão identidade, que estão na origem da região. São os fatos históricos e, principalmente, os de ordem cultural que marcariam sua origem e desenvolvimento como ‘consciência’” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.76). Assim, combatia-se um federalismo centrífugo, mas o que parecia estar se propondo era um regionalismo igualmente centrífugo. Mas os dilemas também ameaçavam a própria identidade pernambucana, entendida e defendida por muitos como algo dotado de uma essência que deveria ser preservada.

[...] a recessão na vida econômica em Pernambuco compunha bem a moldura para o quadro de defesa dos valores regionais, quer numa atitude de autocomiseração, quer numa atitude reivindicatória, tendentes ambas a ver no passado da região, marcado pela prevalência dos valores da vida rural em oposição à vida urbana, o ideal que desaparecia e queurgia restaurar (AZEVEDO, 1984, p 99).

Pernambuco aos poucos também ia se transformando, tornando-se estranho a si mesmo. Segundo Gadiel Perruci, as novas tecnologias introduzidas na produção do açúcar, com o aparecimento das usinas, provocaram mudanças significativas na economia rural e em decorrência disso, trabalhadores rurais, em grande quantidade, saíram do campo para viverem no Recife. Essa desarticulação da economia rural, do ponto de vista político, provocou também um progressivo enfraquecimento das oligarquias coronelísticas. Além disso, o Recife, entre os anos de 1930 e 1950, vivenciou um crescimento demográfico relativamente maior do que no Brasil inteiro e isso estimulou “um relativo crescimento de certos ramos industriais” (PERRUCCI,

1984, p. 21-22). Essa indústria local era predominantemente de tipo tradicional, têxtil e alimentícia (MARANHÃO, 1984, p.128).

As transformações que se observam nesse período atestam uma valorização da vida urbana em oposição aos valores da vida rural. E o que seria mais grave, atestam a valorização gradativa de expressões culturais vindas de fora de Pernambuco, de fora do Nordeste e até mesmo de fora do Brasil. Valdemar de Oliveira, por exemplo, um intelectual e artista que se tornou um símbolo de erudição e elegância da elite econômica recifense se refere, desta forma, aos anos de 1920: “Para mim e para o Recife, os idos de 24/ 27 foram uma ‘belle époque’ [...] O jazz invadia as orquestras. Nos teatros, as últimas novidades na opereta e na revista. O governo Sergio Loreto agitava a vida social; o progresso era intenso; o dinheiro fácil” (OLIVEIRA, 1985, 49). Valdemar de Oliveira, portanto, mesmo tendo sido um defensor das tradições, demonstra ter sido entusiasta de um estilo de vida urbano e burguês que muito se beneficiava da modernidade capitalista.

No entanto, essa modernidade capitalista era a mesma que atestava a força econômica e política de cidades como o Rio de Janeiro e São Paulo e por isso despertou também reações exacerbadas em Pernambuco e, no limite, o regionalismo pernambucano acabou gerando posições extremas baseadas em ideias bairristas e separatistas. No periódico “Frei Caneca”, de outubro de 1927, por exemplo, o artigo *Bairrismo*, assinado por J.V. é uma amostra da dimensão de um pensamento que embora não tenha sido hegemônico no estado, é revelador no sentido de sugerir os possíveis efeitos do regionalismo em Pernambuco. Partindo do princípio de que o bairrismo é uma virtude, o texto já se inicia considerando Recife uma cidade bairrista “como todo o povo do mundo, mas uma vez por outra aparecem os esmorecidos a achar que isto aqui não tem mais jeito” (AZEVEDO, 1984, p.249). Em seguida, segue defesa das potencialidades locais contra a influencia negativa dos “esmorecidos”, que tendem a dissolver energias, favorecendo assim a hegemônica condição do Rio de Janeiro, para onde muitos pernambucanos sem perspectivas acabam indo.

Finalmente, o artigo atribui ao jornal “Frei Caneca” a capacidade de transformar essa situação, combatendo a influencia dos esmorecidos e fazendo cessar o êxodo que só prejudica Pernambuco, e conclui: “O povo pernambucano tem coragem de enfrentar a vida e valor para triunfar nela. É questão só de despertar-lhe certas energias que estão adormecidas. Nada de Rio. De agora em diante o que é Pernambuco, é de Pernambuco, por Pernambuco e em Pernambuco” (AZEVEDO, 1984, p.249).

Mas esse, mesmo que seja um dos desdobramentos possíveis do esforço desse novo regionalismo que vinha se afirmando desde o início da década em Pernambuco, evidentemente,

não é a posição dominante entre os regionalistas pernambucanos. É comum encontrar nos seus textos a preocupação em tentar dissuadir aqueles que os acusam de separatistas e bairristas. Na edição do Diário de Pernambuco de 07 de fevereiro de 1926, ou seja, do dia da abertura do I Congresso Regionalista do Nordeste, Freyre defende que a verdadeira ideia regionalista não deve ser confundida com “separatismo”, “caipirismo” ou “bairrismo”. Mas também ataca a centralização de poderes que ocorria na época, identificada por ele como “tirania do Rio de Janeiro” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1926, 7 fev., p.3). Para Freyre, O Congresso que se iniciava seria importante porque poderia esclarecer a ação regionalista, ainda pouco compreendida e julgada superficialmente, e a ideia regionalista que não era nova, mas que pela primeira vez adquiria “sentido prático, claro e feliz ‘aperçu’”.

O próprio Congresso Regionalista do Nordeste, realizado entre os dias 7 e 11 de fevereiro de 1926, fez questão de evidenciar que suas atividades não tinham nada a ver com “separatismo”. Na edição do dia 9 de fevereiro do Diário de Pernambuco, que fez ampla cobertura do evento, divulgando diariamente notícias em matérias que se assemelhavam a uma verdadeira ata das atividades do congresso, é possível perceber tal preocupação a partir das palavras proferidas por Moraes Coutinho durante a cerimônia de abertura do evento, pelas quais foram apresentadas o programa do movimento regionalista. Informa o jornal que o orador deixou clara “a distinção entre regionalismo e separatismo; recordando o conceito de Alberto Torres sobre a irreabilidade da federação do Brasil, mostrou que o regionalismo era uma força, um movimento, no sentido da verdadeira e sincera federação brasileira” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1926, 9 fev., p.4).

Neste sentido, Moraes Coutinho demonstra ainda ter as mesmas convicções que demonstrara ao elaborar o programa do Centro Regionalista e o artigo *Pernambuco e o regionalismo nordestino*, ambos de 1924. Continuava, portanto, acreditando que seria o regionalismo capaz de realizar o verdadeiro federalismo brasileiro, ou seja, que o país deveria se organizar a partir de regiões e não dos Estados.

O que não parece se confirmar é uma indiscutível adesão ao Congresso. A questão é de alguma forma sugerida no discurso de Amauri de Medeiros durante o jantar que marcou o encerramento do I Congresso Regionalista do Nordeste. Diz o orador:

Conversemos um pouco vagamente sobre as preocupações que nos prenderam nestes fugazes dias de convívio, nisto que nós estamos chamando, talvez um pouco enfaticamente, Congresso Regionalista do Nordeste.

Convém, entretanto, que assim seja, esta ênfase precisa continuar, as coisas não valem somente pelo aparato de sua força material, as boas ideias também têm sua força, há palavras que trazem em si energias latentes que têm o poder de despertar outras energias mais vivas e mais positivas.

Este 1º Congresso Regionalista do Nordeste é uma sementeira feita ao vento (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1926, 12 fev.).

O discurso parece reconhecer os limites de um Congresso que queria ser representativo para uma consciência que deveria orientar todo o Nordeste. Entende, afinal, que o Congresso, se não foi aquilo que se pretendia, poderia ser ao menos uma motivação.

Amauri de Medeiros sugere uma maior importância ao regionalismo nordestino frente aos outros. O regionalismo nordestino, em sua opinião, seria uma “forma nítida e apurada de patriotismo” e por isso independentemente dos limites do Nordeste ou do local de nascimento:

[...] venha de onde vier, será regionalista nordestino todo aquele que quiser colaborar conosco no nosso objetivo nacionalista. Venha de Minas, do Rio Grande do Sul ou do Amazonas; do Centro, do Sul ou do Norte, são regionalistas todos aqueles que sentirem conosco a necessidade que tem o Brasil de batalhar pelos nossos objetivos (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1926, 12 fev.).

Mas o grande legado do Congresso foi o seu pretenso manifesto, que teria sido escrito por Gilberto Freyre. Sem nenhuma referência a sua existência até 1950, pois nem mesmo os jornais da época o mencionam (Cf. AZEVÊDO, 1984, p. 151), foi em 1951, quando aconteceu a comemoração pelos 25 anos do Congresso, no Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisa Sociais, que o documento foi revelado, precisamente no dia 20 de março. Durante o citado evento comemorativo, afirmou Freyre: “O manifesto que se segue foi lido no Primeiro Congresso de Regionalismo que se reuniu na cidade do Recife, durante o mês de fevereiro de 1926 e que foi o primeiro do gênero, não só no Brasil como na América [...]” (MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 12).

Em 1952 ele foi então publicado em primeira edição pela editora Região, de Recife, com o título “Manifesto Regionalista de 1926”. Em 1953, uma nova edição, dessa vez pelo Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, e em 1955, sua terceira edição, pelo Serviço de Documentação do Ministério de Educação e Cultura; sempre com o título original. Mas surgiram dúvidas sobre a autenticidade do manifesto:

As afirmações de Gilberto Freyre ganharam foros de verdade, levando praticamente todos os críticos que se ocuparam da questão a, fundamentados no depoimento do autor, considerarem o texto como realmente da época, atribuindo-lhe uma importância histórica de documento básico do movimento regionalista na década de 20.

E acrescente-se ainda que no prefácio àquelas edições afirma Gilberto Freyre, entre outras coisas, que fez “pequenos acréscimos à reconstrução do manuscrito há anos abandonado” e que o texto foi “só em parte publicado no *Diário de Pernambuco*”. Informa também a intenção de publicar “breve” as “teses apresentadas nas comissões ou lidas em plenário”, porque “a papelada existe”, não tendo sido tudo publicado na época “pois faliu o velho Banco, em que estava depositado o dinheiro do Centro”.

Foi Wilson Martins quem, em seu *O Modernismo*, em 1965, à página 113, lançou dúvidas sobre a data da elaboração do manifesto, em função do estilo (“a julgar pelo

estilo, o autor praticamente reescreveu o seu trabalho”) e da negligência de Gilberto Freyre em relação ao texto [...] (AZEVEDO, 1984, p. 152-153).

Gilberto Freyre parece ter sido atingido pelas questões apresentadas e já na quarta edição do seu texto, em 1967, o título passa a ser “Manifesto regionalista”, ou seja, aparece com uma reveladora alteração, já que o “1926” desaparece e sem que o autor ofereça qualquer justificativa (AZEVEDO, 1984, p.153). Mas Freyre acabou esclarecendo algum tempo depois o significado de seu manifesto, admitindo que os pronunciamentos eram de 1926, mas que a redação era mesmo de 1952 (AZEVEDO, 1984, p.153).

De fato, algumas questões levantadas no Congresso e noticiadas pela imprensa estão presentes no Manifesto como, por exemplo, suas ideias a respeito da culinária nordestina. Informa a edição do Diário de Pernambuco, de 09 de fevereiro que “o sr. Gilberto Freyre traça o histórico da cozinha nordestina, destacando-a como uma das três grandes tradições de glutoneria no Brasil. As outras duas são a mineira e a baiana” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1926, 9 fev.). Já o manifesto afirma “Três regiões culinárias destacam-se hoje no Brasil: a Baiana, a Nordestina e a Mineira” (MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 31).

No entanto, apesar da preservação de algumas questões debatidas no congresso, o que a iniciativa de Gilberto Freyre sugere é uma disputa pela memória do Congresso de 1926, afinal, na tentativa de simular um manifesto que teria sido lançado na época, podemos pensar na centralidade que Freyre gostaria de dar às suas próprias ideias na época e numa tentativa de apropriação do evento, já que o sociólogo procura colocar-se como um porta-voz único e privilegiado.

Neste sentido, alguns significados do movimento ocorrido nos anos vinte foram alterados. Se no início Freyre e seus companheiros acusavam o modernismo de ser um movimento “desnacionalizador”, após os anos quarenta, década em que se consagra o modernismo, ele tentará “trazer para si o mérito de ter chamado atenção para uma necessidade de renovação das artes nacionais, ainda antes de 1920” e passou a considerar o seu movimento como regionalista, tradicionalista e, a seu modo, “modernista” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.88-90). No discurso que antecede a leitura do Manifesto Regionalista, Freyre chega a afirmar que: “Foi em dias já remotos o empenho dos Regionalistas ao mesmo tempo tradicionalistas e modernistas do Recife. Empenho que os levou a considerar de modo sistemático problemas como o de planejamento regional. A concitarem em arte o modernismo com o tradicionalismo” (MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 11).

Por outro lado, também fica evidente, mais uma vez, a centralidade dada a Pernambuco. Freyre, afinal, parece reconhecer, após 25 anos, que o congresso não foi tão representativo do ponto de vista regional. Logo na apresentação que faz para a terceira edição do “Manifesto Regionalista”, Freyre reconhece que no início dos anos 1950 o Congresso era um acontecimento esquecido (MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 6) e que o Regionalismo, que antes seria uma “consciência regional”, aparece agora como uma criação “realizada por um grupo de homens do Recife”, ou seja, como um “Regionalismo do Recife” (MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 7).

Recife, então, nas palavras de Freyre, se torna a “toca de regionalistas”, um lugar privilegiado dentro do qual as pessoas podem verdadeiramente não apenas sentir o regionalismo, mas se tornarem regionalistas, como o que aconteceu com Manuel Bandeira que “tornou-se por algum tempo um Regionalista de corpo inteiro, tendo feito seu noviciado do modo mais prático, isto é, vindo ao Recife, metendo-se numa toca de Regionalistas [...]” (MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 8). Sobre isso, afirma Durval Muniz:

Na verdade, o “intelectual regional”, “o representante do Nordeste”, começa a ser forjado quando filhos dos grupos dominantes nos Estados convergiam para Recife, por este ser, além de centro comercial e exportador, centro médico, cultural e educacional de uma vasta área do “Norte”. A Faculdade de Direito do Recife e o Seminário de Olinda eram os locais destinados à formação superior, bacharelesca, das várias gerações destes filhos de abastados rurais. Desde o século XIX, estas instituições se constituíam em lugares privilegiados para a produção de um discurso regionalista e para a sedimentação de uma visão de mundo comum (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.71).

Outro aspecto que também chama a atenção é que Freyre se refere ao Congresso não como um “Congresso Regionalista do Nordeste”, como era a definição dele nos anos vinte, mas como “Congresso de Regionalismo” de Recife. O próprio Movimento Regionalista, no Manifesto, também ganha um centro bem preciso como é possível perceber a partir das primeiras linhas do prefácio da obra, em que o autor, cujas iniciais são A. R., refere-se a ele como “Movimento Regionalista do Recife” (MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 3).

Não que o manifesto tenha abandonado de vez a citação a outros estados ou tenha assumido um discurso bairrista. Ele na verdade ainda defende o federalismo regionalista como havia sido proposto pelo Centro Regionalista nos anos vinte, contra todos os estrangeirismos que prejudicariam aquilo que deveria ser a verdadeira união nacional, do “afrancesamento” da corte à “ianquização” da República, esta última, que teria feito as províncias serem substituídas pelos estados que passaram a lutar entre si, com claros benefícios para os estados maiores e ricos (Cf. MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 17).

Freyre, então, lamenta que as regiões tenham sido esquecidas, quando em sentido contrário, a preocupação de todos deveria ser com uma articulação interregional. Para ele, estadistas e legisladores deveriam lembrar que governam regiões e que legislam para regiões interdependentes. “União” e “Estado”, neste sentido, apesar de necessários, seriam apenas ficções. “O conjunto de regiões é que forma verdadeiramente o Brasil. Somos um conjunto de regiões antes de sermos uma coleção arbitrária de ‘Estados’, uns grandes, outros pequenos, a se guerrearem economicamente [...] num jogo perigosíssimo para a unidade nacional” (MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 18).

E depois de criticar o eixo Rio-São Paulo por estar descaracterizando a cultura brasileira com o seu apego às “novidades estrangeiras”, Freyre enfatiza a contribuição que os valores e tradições nordestinos dão para a nacionalidade brasileira. Para ele, era verdade que não haveria região brasileira que superasse qualitativamente o Nordeste em tradições e caráter. “Vários dos seus valores regionais tornaram-se nacionais depois de impostos aos outros brasileiros menos pela superioridade econômica que o açúcar deu ao Nordeste durante mais de um século do que pela sedução moral e pela fascinação estética dos mesmo valores” (MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 19).

A dinâmica do discurso de Freyre vai, portanto, da crítica ao federalismo brasileiro, representado pela força de estados como o Rio de Janeiro e São Paulo à defesa de uma articulação regional que beneficiaria uma verdadeira união nacional. Neste percurso, no entanto, ele só destaca o Nordeste, chamando a atenção para a sua capacidade de irradiar valores que verdadeiramente trariam para o país uma identidade legítima. Não é difícil neste caso perceber que a posição do Nordeste nesta proposta de federalismo regionalista seria central, ocupando, a região, uma condição de liderança por ser a região que melhor compreenderia e sentiria a consciência regionalista.

Essa é uma característica do novo regionalismo: o espaço onde é produzido o discurso torna-se o ponto de referência fundamental para se pensar o país, o que leva, sobretudo, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife a se colocarem “como centro distribuidor de sentido em nível nacional [...] Muitas vezes o que se descreve são aspectos, costumes encontrados em um Estado ou uma área que são apresentados e descritos como ‘costumes do Norte ou do Nordeste’ ou ‘costumes de São paulo’” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.42). No fragmento a seguir, por exemplo, Freyre adota o Nordeste como o centro:

o Nordeste tem o direito de considerar-se uma região que já grandemente contribuiu para dar à cultura ou à civilização brasileira autenticidade e originalidade e não apenas doçura ou tempero. Com Duarte Coelho, madrugaram na Nova Lusitânia valores europeus, asiáticos, africanos que só depois se estenderam a outras regiões da América Portuguesa. Durante a ocupação holandesa, outros valores aqui surgiram ou foram

aqui recriados para benefício do Brasil inteiro. Apenas nos últimos decênios é que o Nordeste vem perdendo a tradição de criador ou recriador de valores [...] (MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 20-21).

Mas esse Nordeste se limita à Pernambuco. Freyre destaca uma região para enfatizar um estado apenas, aquele que teria uma posição privilegiada e que desde o final do século XIX vinha perdendo prestígio frente aos novos ordenamentos político-econômicos estabelecido pelos pactos da República brasileira. Mesmo que fossem retiradas as citações a Duarte Coelho e à ocupação holandesa, dificilmente outro estado nordestino poderia se identificar com tal citação. Mas caso existam dúvidas, em outro momento do manifesto, o autor diz à respeito da culinária nordestina, que foi na cozinha do Nordeste agrário que as influências portuguesa, africana e ameríndia melhor se harmonizaram. E conclui afirmando, em elogio à Pernambuco, que neste Nordeste não haveria “excesso português como na capital do Brasil nem excesso africano como na Bahia nem quase exclusividade ameríndia como no extremo Norte, porém equilíbrio. O equilíbrio que Joaquim Nabuco atribuía à própria natureza pernambucana” (MANIFESTO REGIONALISTA, 1955, p. 33).

Neste sentido, é importante perceber que o regionalismo pernambucano sempre esteve voltado para o passado e para a memória. Não por acaso, uma das comissões que atuaram no Congresso de 1926, explicitamente, defendia que a *memória* deveria ser objeto de estudo para o Congresso (DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1926, 10 fev.). Seria, portanto, a memória o princípio que nortearia a consciência regionalista. A reivindicação, portanto, era por um Nordeste que precisava voltar a ser “grande” porque já fora um dia e ela encontra, evidentemente, em um passado fixo e monumentalizado, a razão maior de uma defesa pelos valores regionais, não no presente, que precisaria ser obstruído ou negado pela memória.

O Nordeste merece destaque não por ser uma vanguarda para os novos tempos, mas porque representaria uma continuidade num tempo de incertezas e mudanças que colocariam a unidade e a identidade do Brasil em risco. Contra essa “fera que engole tudo”, os regionalistas propunham um tempo “estático, linear, evolutivo; um tempo em repouso” que só poderia ser compatível, evidentemente, com um espaço “repositório da memória e *locus* da eternidade” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2008, p. 173- 174).

Para Freyre, o ponto de vista regional devia nortear os estudos de sociologia e história, porque a noção de região é aproximada à de meio ou local, hábitat, um espaço da natureza sem o qual era impossível pensar a sociedade. A região é vista como a unidade última do espaço. Um espaço genético, fundante de qualquer atividade humana. Como ele mesmo define sai sociologia como uma sociologia genética, a região vai surgir, ao lado da tradição, como pontos de partida para qualquer trabalho de interpretação de nossa sociedade. Seu trabalho seria a extensão ou ampliação de uma memória ou de uma experiência pessoal, bem como da memória e experiência de um dado grupo e de um dado espaço (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.94).

Assim, o Nordeste pensado a partir do regionalismo pernambucano dificilmente não seria baseado nas reminiscências próprias dos pernambucanos, em memórias que funcionam como enciclopédias ricas em experiências passadas e capazes de inventariar outras possíveis (Cf. CERTEAU, 1994, p. 158), como a de Gilberto Freyre, que acabou dando ao Congresso Regionalista um manifesto “fictício”. Quando evocam o Nordeste é de Pernambuco que falam. O regionalismo pernambucano, portanto, é centrífugo. É uma consciência que vai do geral ao particular, de uma valorização da região a uma identificação com valores próprios do estado de Pernambuco.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz. *A invenção do Nordeste e outras artes*. 2. ed, Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Tempo, a fera que engole tudo: a visão tropicalista do nordeste. In: _____. *Nos destinos de fronteira: história, espaços e identidade regional*. Recife: Bagaço, 2008, p.164-181.

AZEVEDO, Neroaldo Pontes de. *Modernismo e Regionalismo: os anos 20 em Pernambuco*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura da Paraíba, 1984.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: 1. artes de fazer*. 9. ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO. Recife, 30 abr. 1924, p.1.

_____. Recife, 7 mai. 1924, p.1.

_____. Recife, 5 mar. 1925, p.1.

_____. Recife, 12 mar. 1925, p.1.

_____. Recife, 11 out. 1925.

_____. Recife, 7 fev. 1926, p.3.

_____. Recife, 9 fev. 1926, p.4.

_____. Recife, 10 fev. 1926.

_____. Recife, 12 fev. 1926.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. 7.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007.

LIVRO DO NORDESTE. Recife: Oficinas do Diário de Pernambuco, 1925.

MANIFESTO REGIONALISTA DE 1926. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1955.

MARANHÃO, Sílvio. Desenvolvimento econômico e poder político: algumas reflexões sobre o caso do Nordeste brasileiro, 1930-1975. In: MARANHÃO, Sílvio (org.). *A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.117-132.

OLIVEIRA, Valdemar de. *Mundo submerso*. 3. ed. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1985 [1974].

PERRUCCI, Gadiel. A formação histórica do Nordeste e a Questão Regional. In: MARANHÃO, Sílvio (org.). *A questão Nordeste: estudos sobre formação histórica, desenvolvimento e processos políticos e ideológicos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p.11-30.

SAID, Edward W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

VIDAL, Francisco Baqueiro. Um caso clássico de subdesenvolvimento regional revisitado: notas sobre a formação social e econômica do Nordeste brasileiro. *Observa Nordeste*. Fundação Joaquim Nabuco, Recife. 23p. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/fvidal3.pdf>. Último acesso: 12 fev. 2016, p.11-13.

WAGNER, Roy. *A invenção da cultura*. São Paulo: Cosac Naify, 2012.

Enviado em 01 de agosto de 2018

Aceito em 18 de junho de 2019

¹ O regionalismo surge na segunda metade do século XIX, fortemente influenciado pelo naturalismo, e se caracterizava, neste momento, “pelo seu apego a questões provincianas ou locais, já trazendo a semente do separatismo” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.47). Na época, Norte e Sul eram totalmente estranhos um para o outro e suas diferenças eram consideradas reflexos da natureza. Já o novo regionalismo, que se consolida na década de 1920, “busca o agrupamento em torno de um espaço maior, diante de todas as mudanças que estavam destruindo as espacialidades tradicionais [...] Diante da crescente pressão para se conhecer a nação, formá-la, integrá-la, os diversos discursos regionais chocam-se, na tentativa de fazer com que os costumes, as crenças, as relações sociais, as práticas sociais de cada região que se instituí neste momento, pudessem representar o modelo a ser generalizado para o restante do país, o que significava a generalização de sua hegemonia” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2001, p.47-48).

² Sobre o assunto, ver Albuquerque Júnior (2001, p.70-71).

³ O texto original diz respeito ao Orientalismo, “um modo de abordar o Oriente que tem como fundamento o lugar especial do Oriente na experiência ocidental europeia” (SAID, 2007 p.27).

⁴ Ainda com base no Orientalismo de SAID (2007, p.40).